

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO**

**Maria Celina Soares D'Araujo**

**TITULAÇÃO DE TERRAS DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS**

**Apresentado por**

**Ivana de Pinho Ribeiro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Superior de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, como requisito parcial para a obtenção da graduação em Ciências Sociais, (acrescentar o nome da ênfase quando for o caso)

**Rio de Janeiro, Dezembro de 2009**

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Ivana de Pinho Ribeiro**

**Titulação de terras de remanescentes de quilombos**

**PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO**  
**Maria Celina Soares D'Araujo**

**Rio de Janeiro, Dezembro de 2009**

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Titulação de terras de remanescentes de quilombos**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO** apresentado por  
**Ivana de Pinho Ribeiro**

E APROVADO EM: (DATA)  
PELA BANCA EXAMINADORA:

(NOME E TÍTULO DO PROFESSOR ORIENTADOR)

(NOME E TÍTULO DO PROFESSOR DO CURSO)

### *Agradecimentos*

A minha orientadora Maria Celina Soares D'Araujo, ao meu pai e aos muitos amigos que me ajudaram nesse trabalho: Jonathan Félix, Júlia Vogel, Luiz Aquino, Ricardo Nicolay e Rodrigo Rouvier.

## ***Sumário***

|                                                   |    |
|---------------------------------------------------|----|
| Resumo .....                                      | 6  |
| Introdução .....                                  | 7  |
| Histórico.....                                    | 9  |
| Regulamentação do Artigo 68 .....                 | 12 |
| Processo atual para a titulação .....             | 14 |
| Discrepância entre Certificação e Titulação ..... | 18 |
| O papel dos estados.....                          | 19 |
| Análise da Política .....                         | 21 |
| Bibliografia .....                                | 26 |

## ***Resumo***

A questão a ser tratada por este trabalho é a titulação de terras no Brasil a populações remanescentes de quilombos. O objetivo é mostrar como o Artigo 68 que dá a essas populações o direito à terra foi inserido na Constituição de 1988. A par disso, queremos analisar qual foi a reação da bancada ruralista à inserção desse dispositivo no texto constitucional, em que medida as demandas pela titulação estão sendo atendidas e qual tem sido o comportamento dos ruralistas quanto à implementação da política de titulação.

## ***Introdução***

O Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 determina: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”<sup>1</sup> Com esta Carta e principalmente após a primeira regulamentação do artigo referido em 1995, as demandas jurídicas e legislativas tornaram a questão quilombola um importante tema de reflexão. Arruti (1997) aponta a relevância das contribuições acadêmicas tanto no plano conceitual, quanto no plano normativo e apresenta duas formas distintas de tratar o tema.

Essas contribuições, no entanto, são de natureza muito diferentes, já que nelas aparecem, lado a lado, o interesse mais estritamente acadêmico, cujo engajamento com as causas populares é mediado por problemáticas que têm origem em tradições disciplinares e debates conceituais, e o interesse mais diretamente vinculado àquelas lutas, que surge muito frequentemente associado à causa de uma comunidade, ou de uma região. Neste último caso, com mais evidência que no primeiro, ressurge o desafio de trabalhar simultaneamente com dois universos de referência muito distintos e, por vezes, incompatíveis: o da análise científica e o da intervenção e interpretação jurídica. Arruti (1997)

O autor mostra que essas demandas criaram uma migração de especialistas da questão indígena para a questão quilombola, aproximando a forma de analisar esses dois campos que antes trabalhavam em paralelos distintos.

O debate acadêmico sobre quilombolas também mobiliza historiadores. A idéia de quilombo como fenômeno estrito, vinculado ao isolamento, vem sendo contestada em alguns trabalhos, como em *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura* de Eduardo Silva. No artigo, o autor define o Quilombo do Leblon como um quilombo abolicionista em contraposição ao quilombo rompimento<sup>2</sup> (modelo consagrado pela historiografia). No modelo do quilombo abolicionista as relações próximas com a sociedade são parte fundamental de sua sobrevivência e articulação política. O entendimento sobre o termo remanescentes desvincula-se da idéia de

---

<sup>1</sup>Constituição da República Federativa do Brasil.

Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)

<sup>2</sup> O modelo de quilombo rompimento é relacionado à idéia de quilombo como fenômeno estrito, vinculado ao isolamento.

continuidade de práticas e de costumes, tornando o direito mais abrangente. Por outro lado, cria-se a dificuldade de delimitar os beneficiários. Se entendermos os quilombos sem a perspectiva do isolamento, podemos imaginar quão permeáveis foram as fronteiras que os definiam. A miscigenação, o sincretismo e a adoção de formas de trabalho não tradicionais, não excluem o direito à titulação, mas exigem a delimitação de uma fronteira, principalmente para responder às críticas dos opositores à implementação da lei. Arruti (1997) mostra que a delimitação do grupo cria muitas vezes processos de etnogênese, em que as memórias e tradições são recriadas e alerta para o equívoco da qualificação negativa desse processo. O inverso também pode ocorrer, como mostram Elaine Pedreira Rabinovich e Ana Cecília Sousa Bastos (2007): memórias que remontam à escravidão e identificam uma comunidade quilombola podem ser silenciadas por pressões externas diretas e por benefícios concedidos para evitar a mobilização do grupo.

Mesmo sem a obrigatoriedade de provas históricas de continuidade, vemos que em alguns casos, a pesquisa para comprovar a origem quilombola é relevante no processo de reconhecimento. Um exemplo é o trabalho de Marcelo Moura Mello (2009), que realizou pesquisa em arquivos para verificar as informações coletadas nas entrevistas com os quilombolas de Cambará - RS. Nesse caso, a pesquisa ajuda a legitimar o discurso dos quilombolas, num espaço em que essa identidade sofre um grau de invisibilidade maior do que em outros estados brasileiros, já que a própria historiografia clássica tendeu a minimizar o uso da mão de obra escrava no Rio Grande do Sul.

O Artigo 68 ampliou o interesse dos acadêmicos pela questão quilombola. Mas se num primeiro momento, esse foi o campo privilegiado de especialistas em questões indígenas, principalmente os antropólogos, outros campos também tem se concentrado nessa questão. Podemos destacar os historiadores com esforços para rever o conceito tradicional de quilombo e os juristas que procuram analisar a questão dos direitos de propriedade coletiva<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Ver: Catharina 2006

## ***Histórico***

Maestri (2005) aponta que desde a abolição da escravidão no Brasil, a questão da reparação aos ex-escravos foi levantada em alguma medida pela sociedade. No entanto essa reivindicação não encontrou eco. Nas décadas seguintes o movimento negro cresceu em força e reconhecimento com a criação da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931. Segundo Nascimento (2003), a FNB reunia em São Paulo, onde era sediada, mais de 6 mil membros efetivos e contava com filiais em vários estados brasileiros. Em 1936 a FNB se transformou em partido político, cassado no ano seguinte assim como todos os outros partidos com a decretação do Estado Novo. Os depoimentos dos líderes da FNB, reunidos por Márcio Barbosa no livro *Frente Negra Brasileira Depoimentos*, mostram que nos seus seis anos de duração a FNB conseguiu que algumas de suas reivindicações fossem atendidas, como a integração de negros na Guarda Civil de São Paulo.

Como mostram Alberti e Pereira (2007) o movimento negro nesse momento estava mais voltado para as populações urbanas e suas principais reivindicações eram a criminalização do racismo e o acesso à educação como forma de promover sua ascensão social. Não foram encontradas referências a movimentos negros rurais, o que não significa que não existissem. De qualquer forma, o movimento negro com visibilidade na época parece ter sido somente o urbano, o que traduz o sentido do próprio Estado Novo, cujo foco de transformações sociais era localizado prioritariamente nas cidades. Assim, a questão dos quilombos, parece ter ocupado pouco espaço nas discussões políticas durante um longo período. No entanto, o grande número de encontros, conferências e criação de grupos, apontados por Alberti e Pereira (2007) indica que o Movimento Negro se espalhava pelo país. A representação política também cresceu entre 1937 e 1979, mas de modo irregular refletindo a participação política da sociedade como um todo.

Com os preparativos para a realização da Constituição de 1988 e o grande anseio da sociedade de que esta fosse uma garantia para a democracia e para a extensão da cidadania, o Movimento Negro também se organizou para reivindicar seus direitos. Para isso foi realizada em 1986, a Convenção Nacional do Negro (CNN) em Brasília. Essa convenção estava ligada a diversos encontros regionais realizados, antes e depois dela, e procurava reunir as reivindicações que seriam levadas à Assembléia Constituinte. Assim a CNN promoveu em agosto de 1986, o I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão. O “encontro” do Movimento Negro

urbano com as reivindicações dos quilombolas teria dado a estas visibilidade em âmbito nacional. (Alberti e Pereira, 2007)

No ano seguinte foi criado o Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura, pelo presidente José Sarney e o ministro da Cultura Celso Furtado. Segundo Alberti e Pereira (2007) o Movimento Negro viu nos eventos e comemorações que seriam realizados uma tentativa de consolidação da memória da Abolição como dádiva e não como resultado da luta da sociedade como um todo e principalmente dos negros. Para confrontar a comemoração oficial, exaltaram a resistência representada por Zumbi dos Palmares e dos quilombos. Assim, a proteção às comunidades remanescentes de quilombos, ganhou uma visibilidade muito grande. No entanto, essa visibilidade não se traduzia em conhecimentos mais profundos sobre essas comunidades. A própria denominação que os quilombolas utilizavam para se auto-identificar camuflava as histórias dos grupos. No Maranhão, por exemplo, usavam a expressão “terra de preto” (Alberti e Pereira 2007).

Uma das explicações para a aprovação do Artigo 68 é o desconhecimento do tema na época. Gomes (2007) aponta duas posições opostas que explicam o debate constitucional na aprovação do Artigo. Para Arruti (apud Gomes 2007) existiam “pressupostos obscuros e confusos, um conhecimento muito limitado da realidade.” Já para Silva (apud Gomes 2007) o Artigo foi o possível “diante de um Congresso Constituinte conservador” e as pressões dos movimentos sociais foram fundamentais para a sua aprovação. Motta (2007) reafirma a participação dos movimentos sociais e das entidades civis para a aprovação de matérias ligadas à reforma agrária durante os trabalhos constituintes, mas mostra que esses esforços não foram suficientes para garantir avanços. Segundo a autora, os principais interesses defendidos pela União Democrática Ruralista (UDR) foram mantidos.<sup>4</sup> No entanto, segundo o ex-deputado Constituinte Vivaldo Barbosa<sup>5</sup>, a pressão da bancada ruralista na Constituição não se mostrou tão presente na votação do Artigo 68, quanto na votação do Art. 2 do Capítulo VIII da Ordem Social que regulamenta as áreas indígenas.

---

<sup>4</sup> A CF de 1988 introduziu “o bloqueio da impenhorabilidade” da propriedade produtiva. Pelo Artigo 185, “são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: I- a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que proprietário não possua outra; II- a propriedade produtiva”. Além disso, não há referência direta às grilagens, desconsiderando que grande parte das chamadas propriedades produtivas havia sido instalada em terras devolutas que haviam sido alvo dessa prática. MOTTA (2007)

<sup>5</sup> Segundo entrevista realizada dia 18/06/2008 com o ex-Deputado Constituinte Vivaldo Barbosa, vice-líder do PDT na Constituição.

A inserção do Artigo nas Disposições Transitórias da Constituição reforça esse argumento. Segundo a Topografia Constitucional existem dois tipos de matérias que se enquadram nas Disposições Transitórias: as que fazem a transição entre a Constituição em vigor e a nova Constituição, estabelecendo prazos e normas para a adequação e os artigos cujas demandas serão rapidamente atendidas<sup>6</sup> e depois ficam sem função, pois não se criarão novas demandas (como a Lei da Anistia). No caso do Artigo 68 não havia nenhum legado anterior que garantisse aos quilombolas o acesso à terra, portanto sua inserção nas Disposições Transitórias se deu porque sua função se perderia rapidamente após algumas titulações, já que não poderiam se criar mais demandas. Segundo Fiabani (2007):

O art. 68 do ADCT foi parar nas Disposições Constitucionais Transitórias, pois alguns constituintes interpretaram o termo quilombo no sentido histórico, como fora o quilombo de Palmares, o quilombo Malunguinho, o quilombo de Manuel Padeiro e outros. Estes parlamentares imaginavam que restavam apenas algumas comunidades remanescentes para serem atendidas. Com o tempo, estas comunidades teriam suas terras tituladas, tornando-se desnecessário o art. 68 do ADCT, permanecer na Constituição. Ou seja, resolvido o problema das comunidades, não haveria mais necessidade do dispositivo.

Essa opinião também é compartilhada por Ilka Boaventura Leite Rios: “naquele momento predominou uma visão de sociedade em processo de “embranquecimento”” (Rios, 1996 - 346) e por isso não havia necessidade de uma lei definitiva. Portanto podemos considerar que o Artigo 68 pode não ter provocado uma forte mobilização da bancada ruralista pelo desconhecimento da quantidade de quilombos existentes no Brasil.

---

<sup>6</sup> Ver: [www.ufrnet.br/~tl/notas\\_de\\_aula/estrutura\\_topografica\\_adct.pdf](http://www.ufrnet.br/~tl/notas_de_aula/estrutura_topografica_adct.pdf) Acesso dia: 08/08/09

## ***Regulamentação do Artigo 68***

Depois de aprovado, o artigo 68 não foi regulamentado rapidamente. A primeira tentativa de regulamentação se deu no governo de Fernando Henrique Cardoso através de uma portaria<sup>7</sup> do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). No período de vigência dessa portaria<sup>8</sup> o Incra titulou sozinho 12 quilombos e outros dois em conjunto com órgãos dos estados 2. Todos os quilombos titulados no período se localizam nos estados do Maranhão e Pará.

Em 1999 a competência para a titulação de terras quilombolas foi transferida para a Fundação Cultural Palmares (FCP).<sup>9</sup> Sem recursos para indenizações, a FCP editou um “pacote de titulações” sem a desapropriação ou anulação dos títulos de terceiros nem tampouco a “desintrusão” (retirada de ocupantes não-quilombolas da área titulada, mediante indenização ou reassentamento).<sup>10</sup> Entre 1999 e 2000 a FCP titulou 12 terras nos estados do Amapá, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe. No ano seguinte o presidente Fernando Henrique editou um decreto<sup>11</sup> que determinava que somente seriam contempladas pelo Artigo 68 as terras que eram ocupadas por quilombos no ano de 1888 e as que estavam ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 1988. Essa medida atingiu principalmente os quilombolas de áreas em conflito que na data da promulgação da Constituição não se encontravam na posse de seus territórios, justamente em decorrência das disputas. O resultado desse decreto foi a paralisação das titulações das terras de quilombo pelo governo federal. Nenhuma terra de quilombo foi regularizada na sua vigência, ou seja entre dezembro de 2001 e novembro de 2003.

Em 2003, já no governo Luís Inácio Lula da Silva, um novo decreto<sup>12</sup> passou a regulamentar o Artigo 68. Após a edição desse decreto o Incra titulou mais 7 quilombos, localizados no Amapá e no Maranhão e 33 em conjunto com o órgãos estaduais. Hoje existem

---

<sup>7</sup> Portaria 307 de 22 de novembro de 1995. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/htm/leis/fed4.htm>

<sup>8</sup> De 1995 até 1999.

<sup>9</sup> A 11ª reedição da Medida Provisória 1.911 delegou ao Ministério da Cultura, através da Fundação Cultural Palmares (FCP), a função de titular as terras quilombolas.

Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/45/1999/1911-11.htm>

<sup>10</sup> Recentemente, o Incra abriu novo processo para regularizar essas áreas conforme a orientação do Decreto 4.887 em vigor atualmente. Segundo o novo decreto em caso de público de assentamento agrário, deve haver o reassentamento.

<sup>11</sup> Decreto nº 3.912 em 10 de dezembro de 2001.

Disponível em: <http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/10980/decreto-n-3.912-de-10-de-setembro-de-2001>.

<sup>12</sup> O Decreto 3.912 foi revogado em 20/11/2003 por meio do Decreto 4.887 do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Decreto 4.887 de 20/11/2003 disponível em: <http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/11953/decreto-n-4.887-de-20-de-novembro-de-2003>.

111 comunidades tituladas<sup>13</sup> e 1.124 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup>[http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=252&Itemid=27](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=252&Itemid=27)

4 - Consulta realizada dia 09/08/2009

<sup>14</sup> Consulta realizada dia 17/06/2008 no site da FCP.

### ***Processo atual para a titulação***

A forma de titulação em vigor hoje, através do governo federal se dá primeiro pela certificação da Fundação Cultural Palmares. A certidão é obtida da seguinte forma:

Para a emissão da certidão de autodefinição como remanescente dos quilombos deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

I - A comunidade que não possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata de reunião convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria de seus moradores, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;

II - A comunidade que possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata da assembléia convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;

III- Remessa à FCP, caso a comunidade os possua, de dados, documentos ou informações, tais como fotos, reportagens, estudos realizados, entre outros, que atestem a história comum do grupo ou suas manifestações culturais;

IV - Em qualquer caso, apresentação de relato sintético da trajetória comum do grupo (história da comunidade);

V - Solicitação ao Presidente da FCP de emissão da certidão de autodefinição.<sup>15</sup>

Após a obtenção da certidão, é solicitada a abertura de processo para titulação no Incra. O órgão realiza um estudo da área, e elabora um relatório técnico que identifica e delimita o território da comunidade. O relatório é enviado para que os seguintes órgãos examinem suas competências:

I - Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN;

II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

III - Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV - Fundação Nacional do Índio – FUNAI

---

<sup>15</sup> A Fundação Cultural Palmares poderá, dependendo do caso concreto, realizar visita técnica à comunidade no intuito de obter informações e esclarecer possíveis dúvidas.

V - Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional;

VI - Fundação Cultural Palmares.

Não havendo manifestação de nenhum dos órgãos acima no período de 30 dias, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase final do procedimento corresponde à regularização fundiária, com a retirada de ocupantes não quilombolas mediante a desapropriação e/ou pagamento das benfeitorias e a demarcação do território. Ao final do processo, é concedido o título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pro indiviso e em nome da associação dos moradores da área, e feito seu registro no cartório de imóveis.

O decreto institui também que deve haver conciliação quando há interesses contrários ao país, mas que ficam resguardados os direitos das comunidades.<sup>16</sup> O prazo para a duração do processo varia muito dependendo do caso, mas segundo a assessoria de imprensa da FCP<sup>17</sup> até hoje não houve negativa do Incra à titulação de quilombos certificados. Os argumentos para explicar a demora, em vários casos de muitos anos, vão desde problemas com áreas de proteção ambiental ou de segurança nacional, até a falta de verbas para as desapropriações.

O decreto em vigor foi considerado pelas lideranças do Movimento Negro e pelos setores que apóiam a causa quilombola como um grande avanço para a titulação.<sup>18</sup> A adoção do critério antropológico de auto-afirmação e a revogação da classificação temporal do decreto anterior, são apontadas como as maiores conquistas. Esse decreto foi alvo de uma ação direta de inconstitucionalidade<sup>19</sup> proposta pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas e julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal<sup>20</sup>. Em 2007, foi apresentado na Câmara um projeto de decreto legislativo<sup>21</sup> que visa sustar os efeitos do decreto em vigor<sup>22</sup>.

---

<sup>16</sup> Art. 11. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estiverem sobrepostas às unidades de conservação constituídas, às áreas de segurança nacional, à faixa de fronteira e às terras indígenas, o INCRA, o IBAMA, a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado.

<sup>17</sup> Consulta por email.

<sup>18</sup> Para o tema ver: [http://www.mauriciopestana.com.br/m\\_artigos.php?cat=artigos&id=73](http://www.mauriciopestana.com.br/m_artigos.php?cat=artigos&id=73)

<sup>19</sup> ADIN/ Nº 3239-9/600. Disponível em: [www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br)

<sup>20</sup> O STF deu parecer pela improcedência da ação direta de inconstitucionalidade ADIN/ Nº 3239-9/600 em junho de 2004. Disponível em: [www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br)

<sup>21</sup> O Projeto de Decreto Legislativo 44 foi apresentado em maio de 2007 pelo Deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) e pretendia sustar o ato normativo sob a justificativa que pretendeu regulamentar direta e imediatamente um preceito constitucional, o que seria inconstitucional. Tal argumento foi refutado em parecer do Ministério Público Federal assinado pelo Procurador Regional da República Walter Claudius Rothenburg.

Os setores conservadores consideram o decreto muito permissivo, principalmente pelo critério de autodeterminação. Os defensores da regra afirmam que tal critério é defendido pela Organização Internacional do Trabalho na Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais – instrumento internacional que foi ratificado pelo Brasil e, portanto, tem força de lei em nosso país.

Muitos grupos de defesa dos quilombolas consideram que apesar dos avanços do decreto em vigor, o Executivo tem-se esquivado do confronto com os setores que tentam impedir as titulações. Alguns defensores dos direitos dos quilombolas<sup>23</sup> apontam as recentes normatizações do Incra<sup>24</sup> e da FCP<sup>25</sup> como uma forma de burocratizar o processo de titulação dificultando o acesso ao direito e representando um retrocesso ao decreto em vigor.<sup>26</sup> Segundo os quilombolas, essa seria uma forma do governo de atender em parte às reivindicações e diminuir o conflito com os setores mais descontentes com as desapropriações. Outra maneira de evitar o embate com os setores conservadores seria a diminuição do percentual de utilização dos recursos destinados para a titulação, conforme mostra a tabela abaixo<sup>27</sup>:

---

Equivoca-se a justificação do projeto em questão, ao acusar o Decreto 4.887 de pretender “regulamentar direta e imediatamente preceito constitucional”. A uma, porque o art. 68 ADCT possui suficiente densidade normativa, sendo auto-aplicável. A duas, porque a regulamentação de aspectos meramente administrativos relacionados a dispositivo constitucional auto-aplicável não um vício, sendo perfeitamente cabível. A três, porque há diversas leis preexistentes que dão sustentação ao Decreto. O relatório conclui que o Projeto de Decreto Legislativo nº 44/2007 é improcedente e contrário à Constituição.

<sup>22</sup> O projeto de Decreto Legislativo 44/2007 está em trâmite na Câmara dos Deputados. Em outubro de 2007 o projeto foi rejeitado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias e aprovado em dezembro pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Em janeiro de 2008, o projeto foi enviado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, mas foi retirado da pauta em novembro do mesmo ano. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

<sup>23</sup> Informação da Secretaria Pró-Índio de São Paulo

<sup>24</sup> Instrução Normativa Nº 49, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.

Disponível em: <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&safe=off&q=Instru%C3%A7%C3%A3o+Normativa+n.%C2%BA+49&meta=>

<sup>25</sup> Portaria FCP Nº 98 de 2007 Disponível em: [http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/atuacao-do-mpf/portarias/docs\\_portarias/portaria\\_FCP\\_98.pdf/view](http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/atuacao-do-mpf/portarias/docs_portarias/portaria_FCP_98.pdf/view) Essa portaria da FCP, por exemplo permite a revisão dos certificados.

<sup>26</sup> O novo procedimento do Incra foi elogiado pelo ministro interino da Secretaria da Igualdade Racial, Elói Ferreira de Araújo por diminuir os conflitos relacionados à questão da titulação, foi considerada um retrocesso por Jô Brandão, da Coordenação Nacional dos Quilombos. Publicado no O Estado de São Paulo: Quilombolas condenam novas normas de demarcação em 2 de outubro de 2008. Disponível em: [www.estadao.com.br/geral/quilombolas-condenam-novas-normas-de-demarcacao,252059,0.htm](http://www.estadao.com.br/geral/quilombolas-condenam-novas-normas-de-demarcacao,252059,0.htm)

<sup>27</sup> Disponível em: [http://www.cpis.org.br/terras/html/pesquisa\\_porque\\_paralisia.asp](http://www.cpis.org.br/terras/html/pesquisa_porque_paralisia.asp) Acesso dia: 12/08/09

Orçamento destinado ao Incra para titulação e pagamento de indenizações em territórios quilombolas

| Ano   | Orçamento autorizado | Orçamento liquidado | Porcentagem utilizada |
|-------|----------------------|---------------------|-----------------------|
| 2004* | 16.127.143           | 1.681.276           | 10,4%                 |
| 2005* | 19.846.788           | 2.302.723           | 11,6%                 |
| 2006* | 33.864.019           | 8.969.980           | 26,5%                 |
| 2007* | 30.001.274           | 7.034.954           | 23,4%                 |
| 2008  | 46.335.042           | 1.295.803           | 2,8%                  |

\* Valores corrigidos pelo IPCA em fevereiro de 2008. Fonte: Inesc e Loa 2008.

### *Discrepância entre Certificação e Titulação*

A diferença numérica entre as certificações da FCP e as titulações do Incra, chamam atenção para a diferença de atuação entre dois órgãos do Executivo. No mapa a seguir podemos visualizar essas diferenças por estado.

Titulações e certificações



Em vermelho aparecem os quilombos certificados e em preto os titulados. Roraima e Acre não possuem informação.

Dados: FCP e Incra

### *O papel dos estados*

A maior parte das titulações foi realizada por órgãos estaduais, conforme mostra o quadro abaixo:

Titulações por estado

| <b>Estado</b>      | <b>Incra</b> | <b>FCP</b> | <b>Órgão Estadual</b>  | <b>Órgão estadual em associação com o Incra ou FCP</b> | <b>Comunidades Tituladas</b> |
|--------------------|--------------|------------|------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------------|
| Amapá              | 2            | 1          |                        |                                                        | 3                            |
| Bahia              |              | 2          | 2 SPU                  | 1 INTERBA/FCP<br>1 CDA/FCP                             | 6                            |
| Goiás              |              | 1          |                        |                                                        | 1                            |
| Maranhão           | 9            |            | 9<br>INTERMA           | 14<br>INTERMA/INCRA                                    | 32                           |
| Mato Grosso        |              | 1          |                        |                                                        | 1                            |
| Mato Grosso do Sul |              | 2          |                        |                                                        | 2                            |
| Minas Gerais       |              | 1          |                        |                                                        | 1                            |
| Pará               | 8            | 1          | 24<br>INTERPA          | 18<br>INTERPA/INCRA                                    | 51                           |
| Pernambuco         |              | 2          |                        |                                                        | 2                            |
| Piauí              |              |            |                        | 3 INTERPI/INCRA                                        | 3                            |
| Rio de Janeiro     |              | 1          | 1 Sec de<br>Ass. Fund. |                                                        | 2                            |
| São Paulo          |              | 1          | 5 ITESP                |                                                        | 6                            |
| Sergipe            |              | 1          |                        |                                                        | 1                            |

Fonte: Incra pesquisado em 10/08/2009

Cabe ressaltar que o Maranhão tem aproximadamente 400 territórios ocupados por negros, portadores de uma identidade étnica que remonta à escravidão<sup>28</sup>. Todas essas populações possuem uma referência étnica similar, e se auto-denominavam “Terras de Preto”.

---

<sup>28</sup> Conforme levantamento realizado pelo Projeto Vida de Negro, realizado no Maranhão entre 1988 a 2003. Ver: [http://www.ccnma.org.br/projeto\\_pvn.htm](http://www.ccnma.org.br/projeto_pvn.htm)

As origens das “Terras de Preto” no Maranhão remetem à segunda metade do século XIX, devido à flutuação dos preços do açúcar e do algodão no mercado externo. A queda dos preços deixou muitos proprietários endividados e os obrigou a vender seus escravos e a abandonar suas terras. Famílias de ex-escravos se apropriaram das terras abandonadas. Além disso, a repressão à fuga dos escravos foi desmobilizada, devido à crise que os fazendeiros viviam.<sup>29</sup>

A mesma crise ajudou no crescimento dos quilombos do Pará, o que ainda foi agravado pelas crises políticas em Belém, capital da província, após a Independência do Brasil, que possibilitou a fuga em massa dos escravos que viviam na área urbana. Inúmeras expedições foram organizadas para o extermínio dos quilombolas no estado. No entanto, a dificuldade de locomoção até os quilombos prejudicou o combate.<sup>30</sup> No Pará encontra-se o primeiro quilombo titulado no Brasil, o Oriximiná no município de mesmo nome titulado em 1995. A estimativa é de que existam mais de 250 comunidades remanescentes de quilombos no estado.<sup>31</sup>

Levando em conta apenas os quilombos já certificados pela FCP, vemos a disparidade na proporção entre a certificação e a titulação dos quilombos. O Pará e o Maranhão são os estados que têm a menor diferença proporcional. Esses dois estados são casos especiais se comparados aos números do Bahia e Minas Gerais. Embora a maior discrepância esteja na Bahia, a maior parte das certificações nesse estado são mais recentes do que as de Minas Gerais, o que pode significar que essa diferença não seja um indicador tão forte. Na Bahia encontramos quilombos titulados por órgãos estaduais. Já o Instituto de Terras de Minas Gerais (Iter) e a Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária (SEARA), nunca fizeram titulações para quilombolas. No site das duas entidades a informação é que toda titulação para remanescentes de quilombos é de responsabilidade do Incra.

---

<sup>29</sup> Ver: <http://www.ccnma.org.br/quilombos.htm>

<sup>30</sup> Ver: [http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/pa/home\\_pa.htm](http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/pa/home_pa.htm)

<sup>31</sup> Estimativa apresentada pela Comissão Pró-Índio de São Paulo.

Disponível em: [http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/pa/pa\\_comunidades.html](http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/pa/pa_comunidades.html) acesso 28/09/09

## *Análise da Política*

Tsebelis (1997) define *veto player* como “um ator individual ou coletivo cuja concordância (pela regra da maioria no caso dos atores coletivos) é requerida para tomar a decisão de mudar uma política.” E afirma que “a estabilidade das políticas aumenta com (1) o número de atores envolvidos; (2) com sua incongruência (divergência de posições políticas) e (3) com a coesão interna a cada um deles.”

Considerando a Assembléia Nacional Constituinte, vimos que ainda que a bancada ruralista tenha sido coesa o suficiente para anular outros grupos em várias questões agrárias, ela não impediu a mudança política que o Artigo 68 representa. No entanto, isso provavelmente não foi por incapacidade de articulação, mas por menosprezar o tema.

O início da implementação da política de titulação foi marcado pelo regionalismo. Os primeiros quilombos foram titulados pelo Incra no Maranhão e Pará e essas titulações continuam representando números expressivos em relação ao restante do país. Isso mostra um recorte regional da atuação do Incra, que em parte pode ser explicado pela capacidade de organização e atuação dos quilombolas nesses estados, principalmente no Maranhão. O governo desse estado pretende inclusive utilizar essa característica como um fator de desenvolvimento do turismo.<sup>32</sup> No caso do Pará, apontado pelo Incra como o segundo estado que mais tem terras griladas no Brasil<sup>33</sup>, é importante destacar a observação de Motta (2007:7): “foram titulados como remanescente de quilombos o correspondente a 4% do total de terras que estavam sendo investigadas no mesmo ano da promulgação das instruções normativas do Estado.”

A autora esclarece que não há relação entre as terras que foram alvo de grilagem e as terras que foram tituladas. Os números apontados sugerem na verdade que a titulação das terras para quilombolas foi uma estratégia do governo estadual para mudar o foco da questão agrária no estado. As terras quilombolas tituladas não estavam nas áreas de interesse dos grileiros, por estarem distantes dos grandes empreendimentos agro-industriais. Novamente, a oposição dos ruralistas não se fez presente, pois a titulação não representava uma grave ameaça a seus interesses. Isso não significa que não houve mobilização desse setor, apenas que sua atuação como ator de veto não se deu em âmbito formal no Congresso.

---

<sup>32</sup> [www.ma.gov.br/turismo](http://www.ma.gov.br/turismo) acesso dia: 20/05/08

<sup>33</sup> Ministério do Desenvolvimento Agrário. Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil. Disponível em: [marte.dpi.inpe.br/archive.cgi/ltid.inpe.br/sbsr/2002/11.12.10.38](http://marte.dpi.inpe.br/archive.cgi/ltid.inpe.br/sbsr/2002/11.12.10.38)

A mudança de competência para a Fundação Cultural Palmares demonstra a motivação do governo Fernando Henrique Cardoso de evitar conflitos com os ruralistas. Sem recursos para as desapropriações, as titulações não significaram o usufruto das terras. Além disso, a regulamentação<sup>34</sup> que estabelecia datas de ocupação para a garantia da titulação excluiu as áreas onde havia mais conflitos. Essa combinação resultou na paralisação das titulações.

As modificações implementadas pelo decreto em vigor trouxeram à tona os atores contrários a implementação da política. A normatização da lei mostra a tendência de se titular de acordo com os preceitos defendidos por representantes do Judiciário que tendem a interpretar o Artigo 68 de modo mais abrangente, no que se refere à delimitação dos territórios. Isso vai de encontro à tendência anterior de evitar conflitos causados pelas desapropriações. Além disso, a delimitação das terras com base em modos tradicionais de produção e principalmente com respeito a características culturais se traduz em grandes áreas demarcadas, o que gera conflitos com muitos proprietários. Assim pela primeira vez, os ruralistas mobilizaram-se de forma institucional contra a implementação do Artigo 68, através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade<sup>35</sup> julgada improcedente pelo STF.

Diante desta negativa o deputado Valdir Colatto<sup>36</sup> apresentou o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, já citado. Dentro do Congresso, o projeto recebeu voto favorável da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.<sup>37</sup> A mobilização da bancada ruralista mostra que o decreto em vigor afeta seus interesses e que sua atuação institucional é necessária nesse momento.

A insatisfação dos ruralistas não significa, necessariamente, que a demanda por esse direito está sendo atendida de modo satisfatório. Para analisar o alcance de implementação da lei apresentei acima a diferença numérica entre a certificação (responsabilidade da FCP) e a titulação (responsabilidade do Incra).<sup>38</sup> Como o número de titulações está muito abaixo das certificações, o Incra seria o entrave para a efetivação do direito garantido pelo Artigo 68. Como já foi mostrado,

---

<sup>34</sup> Decreto nº 3.912 em 10 de dezembro de 2001, já citado. Pelo decreto somente se encaixariam no Artigo 68 as terras que eram ocupadas por quilombos no ano de 1888 e as que estavam ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 1988. Essa medida atingiu principalmente os quilombolas de áreas em conflito que na data da promulgação da Constituição tinham sido expulsos da terra que ocupavam.

<sup>35</sup> ADIN/ Nº 3239-9/600. Apresentada pelo DEM em 2004. Disponível em: [www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br)

<sup>36</sup> Valdir Colatto (PMDB/SC), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

<sup>37</sup> Segundo artigo do Inesc Bancada ruralista: o maior grupo de interesse no Congresso Nacional, essa comissão é tradicionalmente ocupada por membros da bancada ruralista.

<sup>38</sup> Não considerei quilombos que não são certificados. Muitos levantamentos apontam números altíssimos de quilombos que não possuem a certificação. Nesse caso, a FCP poderia ser considerada como um provável ponto de veto no executivo.

o Incra utiliza somente uma pequena parte dos recursos para a titulação. O uso insuficiente e a nova portaria criada podem ser formas de tornar as titulações mais demoradas.<sup>39</sup>

Segundo Tsebelis uma das variáveis que aumenta a estabilidade das políticas é o número de atores envolvidos. O decreto estabelece muitos atores do executivo que tem o poder de paralisar o processo no Incra. Todos são consultados após a demarcação das terras e podem apresentar parecer contrário. São eles, IPHAN, IBAMA, Secretaria do Patrimônio da União, FUNAI e Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional. Muitas titulações são impedidas pela atuação desses órgãos.<sup>40</sup> Assim a tendência é a dificuldade de implementação.

É preciso apontar o papel fundamental dos governos estaduais. Grande parte das terras quilombolas foi titulada por órgãos estaduais. A própria atuação do Incra é desigual no país, o que pode estar relacionado com a força da bancada ruralista nos estados. Para estimar a atuação ruralista nos estados, estamos considerando sua representação na Câmara dos Deputados. Com exceção dos estados de São Paulo e Pará, que possuem um número expressivo de deputados da bancada ruralista e tem uma quantidade razoável de quilombos titulados, os outros estados mostram que quanto maior a representação ruralista menor é o número de quilombos titulados, como os estados do Sul do país, que não possuem nenhum. Bahia e Minas Gerais são os maiores casos de disparidade entre as certificações e titulações e estão entre as três mais expressivas bancadas ruralistas. A tabela abaixo mostra a constituição da bancada ruralista pelos estados, na Câmara dos Deputados.<sup>41</sup>

| Bancada Ruralista por estados |            |           |   |
|-------------------------------|------------|-----------|---|
| <b>MG</b>                     | 17         | <b>RO</b> | 3 |
| <b>PR</b>                     | 15         | <b>MS</b> | 3 |
| <b>BA</b>                     | 13         | <b>ES</b> | 3 |
| <b>RS</b>                     | 7          | <b>CE</b> | 3 |
| <b>SP</b>                     | 6          | <b>AL</b> | 2 |
| <b>SC</b>                     | 6          | <b>SE</b> | 1 |
| <b>PA</b>                     | 6          | <b>RN</b> | 1 |
| <b>GO</b>                     | 6          | <b>RJ</b> | 1 |
| <b>TO</b>                     | 5          | <b>PB</b> | 1 |
| <b>RR</b>                     | 5          | <b>MT</b> | 1 |
| <b>PE</b>                     | 5          | <b>MA</b> | 1 |
| <b>PI</b>                     | 4          | <b>AP</b> | 1 |
| <b>Total</b>                  | <b>116</b> |           |   |

Fonte: Câmara dos Deputados. ( Inesc, 2007, pág. 12)

<sup>39</sup> Segundo Arruti (2009) o novo procedimento do Incra tornou mais complexo o laudo antropológico obrigatório. Há uma longa lista de itens padronizados que precisam ser preenchidos, o que não é possível em alguns casos, impossibilitando a titulação.

<sup>40</sup> Como exemplo podemos citar o Quilombo da Marambaia no RJ, ainda não titulado devido à pressão da Marinha, que define a área como sendo de Segurança Nacional.

<sup>41</sup> Fonte: Câmara dos Deputados. ( Inesc, 2007, pág. 12)

A oposição dos ruralistas à titulação das terras de remanescentes quilombolas é irregular ao longo do tempo, algumas vezes é institucional outras apenas por pressão. Mas essa irregularidade é lógica, varia conforme as regras para a regulamentação da lei, a demanda dos grupos quilombolas, a força da bancada ruralista no Congresso e a presença de ruralistas no Executivo. O decreto em vigor pode ser considerado um avanço real na questão da titulação, porque foi o primeiro a sofrer pressão externa ao Executivo, através de Ação Direta de Inconstitucionalidade e de Projeto de Decreto de Lei. Em 2003, ano em que foi criado, a bancada ruralista no Congresso estava reduzida em relação à legislatura anterior<sup>42</sup>, conforme podemos ver no gráfico abaixo:

Bancada ruralista



Fonte: Câmara dos Deputados (2003/2006). Elaboração: INESC

As tentativas de implementação anteriores não sofreram interferências institucionais. A falta de manifestação da bancada ruralista, considerada o maior grupo de interesse no Congresso<sup>43</sup>, era um sinal de que sua atuação não se fazia necessária. O veto partia de dentro do próprio Executivo, o que continua acontecendo. No entanto, esse veto não é mais suficientemente eficaz para alguns setores. A nova portaria do Incra e mudanças na certificação da FCP, tendem a

<sup>42</sup> Iberê Tenório ressalta que isso não significa necessariamente diminuição da força de pressão da bancada, pois “os ruralistas têm obtido mais votos para as suas demandas do que o número de deputados e senadores que se dizem defensores do agronegócio. A explicação está no fato de que mais parlamentares votam com eles, devido à sua reconhecida capacidade de pressão ou cooptação.” Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/noticias-antiores/outubro/bancada-ruralista-diminui-mas-reelege-seus-lideres> acesso dia 10/08/09

<sup>43</sup> Ver Relatório Inesc – Bancada Ruralista: o maior grupo de interesse no Congresso Nacional. 2007

fortalecer novamente a atuação de veto do Executivo, através da burocratização do processo. Entre a demanda crescente por titulação e o descontentamento dos ruralistas com essa política, a atuação das instituições governamentais pode revelar qual dos dois pólos está em vantagem nessa disputa.

## ***Bibliografia***

ALBERTI, V. e PEREIRA, A.A. *História do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana* [online]. 1997, vol.3, n.2

Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131997000200001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200001&lng=pt&nrm=iso)>.

ARRUTI, José Maurício Andion. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: de Paula, Marilene e Heringer, Rosana. *Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Fundação Heinrich Böhl e Actionaid. 2009

BRASIL. *Constituição Federal* org. Luiz Flavio Gomes – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999

CATHARINA, M. S. *A Constitucionalização Simbólica Dos Direitos Coletivos Das Comunidade Remanescentes De Quilombo Na Constituição Federal De 1988*  
2006

Disponível em: [org/manaus/arquivos/anais/manaus/](http://org/manaus/arquivos/anais/manaus/)

FIABANI, Adelmir. *O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções*. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Adelmir%20Fiabani.pdf>

GOMES, F. S. *Histórias de Quilombolas - Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995

GOMES, Lilian Cristina Bernardo. *Identidade e direitos dos quilombolas no Brasil: Contemplando um horizonte de reconhecimento e redistribuição*. Oficina do CES 268, 2007. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/268/268.pdf>

INESC. *Bancada ruralista: o maior grupo de interesse no Congresso Nacional*. Brasília, out. 2007 - Ano VII - nº 12. Elaboração: Inesc. Disponível em: [www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/64.64.pdf](http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/64.64.pdf)

KARASCH, M. *A vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. 1ª ed.: 1987 trad.port. São Paulo, Cia. das Letras, 2000

MAESTRI, Mário. *13 de Maio A Única Revolução Social do Brasil* (Artigo de 13/05/2005) Disponível em: [http://www.lainsignia.org/2005/mayo/ibe\\_028.htm](http://www.lainsignia.org/2005/mayo/ibe_028.htm)

MELO, P.B. *Análise da Mobilização Política das Comunidades Remanescentes de Quilombos*. INCRA – UnB, DF, Brasil Disponível em: [www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com](http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com)

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Brecha Negra em Livro Branco: Artigo 68, Remanescentes de Quilombos e Grilagens no Brasil*. Disponível em: [www.rj.anpuh.org/Marcia%20Maria%20Menendes%20Motta.pdf](http://www.rj.anpuh.org/Marcia%20Maria%20Menendes%20Motta.pdf)

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da Cor. Identidade, Raça e Gênero no Brasil*. São Paulo. Summus. 2003 apud: KAUFMANN, Roberta Fragoso Menezes. *Ações Afirmativas à brasileira: necessidade ou mito? Uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2007

RIOS, M.A. In: Ilka Boaventura Leite *Os Quilombos No Brasil: Questões Conceituais e Normativas Etnográfica*, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354 Disponível em: [ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_04/.../Vol\\_iv\\_N2\\_333-354.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/.../Vol_iv_N2_333-354.pdf)

SANTOS, Y.L. *Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro 1808-1850*

Disponível em: [www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/64.64.pdf](http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/64.64.pdf)

SOARES, L. C. *Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX*. In: *Escravidão -Revista Brasileira de História*, vol. 16. São Paulo, Marco Zero ANPUH, 1988

TSEBELIS, G. *Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo*. In *Revista Brasileira de Ciência Sociais*, v. 12, n.34,1997 p.89-117

Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_34/rbcs34\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_06.htm)